

ACTUAL ESPAÇO É VISTO COMO EMBLEMÁTICO

# Advogados lamentam transferência do Cartório

Vários causídicos dizem não compreender a mudança do 1º Cartório Notarial para o Centro de Serviços da RAEM, por considerarem que também há necessidades nesse âmbito no centro da cidade, além de o espaço ser já emblemático. Carlos Duque Simões vai mais longe e fala de um “problema sistemático” que consiste em deixar ao abandono edifícios históricos que “deviam ser usados pelo Governo”

■ Inês Almeida

A decisão do Executivo de retirar o 1º Cartório Notarial do edifício da Santa Casa da Misericórdia e de o transferir para o Centro de Serviços da RAEM não é vista com bons olhos por vários advogados de território que, essencialmente, lamentam a saída de um serviço que já faz parte da história, além de ser útil para quem reside no centro da cidade.

“Como é que um cartório que está no centro e serve uma parte substancial da população muda para outro lado? Acho que se faz falta noutra sítio, abre-se um novo cartório, até tendo em conta que vão formar-se mais notários públicos. Não me parece uma decisão muito acertada”, frisou Manuela António em declarações ao JORNAL TRIBUNA DE MACAU. “Se há falta, há que acrescentar e não movi-



mentar ou deslocalizar. Esta decisão não é muito sensata”, considera a advogada.

Também João Miguel Barros defende que esta é uma decisão que merece críticas. “Se há necessidade, porque há um movimento de população na Areia Preta, a decisão correcta não é deslocalizar o 1º Cartório, é abrir um novo lá. Esta decisão é errada”, frisou.

Carlos Duque Simões diz-se “naturalmente contra” a mudança já que a utilização que o espaço onde o Cartório se encontra “é nobre” e “corremos o risco de

ir para ali um McDonald’s ou uma coisa do género”. Por outro lado, sublinhou, “não me parece que a questão financeira, ou seja, o preço do arrendamento, seja relevante porque com certeza há mais de 200 imóveis arrendados pelo Governo por valor idêntico ou superior”.

O causídico vai mais longe e refere que esta decisão é reflexo de um “problema sistemático”. “Temos inúmeros edifícios históricos que deviam ser utilizados pelo Governo e vemos que eles são abandonados, ficam vazios, e têm enormes

custos porque precisam de manutenção sem serem usados para nada”, criticou.

Como exemplo, referiu o caso do edifício Ritz, onde funcionavam os Serviços de Turismo. “Era um edifício que pelo menos estava a ser usado. Agora, pelo menos parte dos serviços saíram dali, o que nunca devia ter acontecido, e foram arrendar instalações novas no NAPE. Se a questão financeira é tão importante, porque é que não usam as instalações próprias?”, questionou Carlos Duque Simões.

## Um “ícone” da cidade

Já Leonel Alves destaca sobretudo a faceta histórica daquele espaço. “O Cartório já existe há tantos anos, é um lugar histórico, emblemático, de acesso fácil. Não se percebe porque é que desaparece este marco, este ícone de Macau”, frisou o advogado.

“O Governo achava cara a renda, mas tem de se ter em conta a finalidade do dinheiro. Ele não é usado para fins comerciais. É uma pena”, lamentou. No entanto, já que a decisão está tomada, o também deputado à Assembleia Legislativa espera que um dia o 1º Cartório Notarial possa regressar ao seu lugar original ou que o espaço “possa ser usado para algo no contexto em que o edifício está inserido, o Centro Histórico de Macau”.

Apesar de algumas críticas e lamentos, há quem compreenda alguns aspectos da decisão do Executivo. “O notário público do edifício da Santa Casa tinha uma certa projecção, agora, a transferência para a Zona Norte, por si só, não me parece incorrecta. Vou ficar triste por ver um cartório notarial sair de uma zona tão nobre, mas em termos de eficácia, provavelmente estará melhor localizado”, defendeu Almeida Pinto.

Nuno Simões também diz compreender a decisão do Governo ainda que “historicamente faça todo o sentido” manter o cartório no Senado. Por seu turno, João Riquito limitou-se a dizer que não lhe cabe “apoiar ou não” as decisões do Governo.

O director dos Serviços dos Assuntos de Justiça, Liu Dexue, negou ontem que a principal motivação para a transferência do cartório seja económica. Segundo a Rádio Macau, o responsável defendeu que “em primeiro lugar temos de ponderar a necessidade de serviços na área do notariado público. Na zona centro da cidade já existe o 2º Cartório Notarial público”.

## Coutinho diz que verdadeiro motivo está nos “escudos” e “armas”

José Pereira Coutinho considera “estranha” a decisão do Governo de retirar o 1º Cartório Notarial do edifício da Santa Casa da Misericórdia. Em declarações ao JORNAL TRIBUNA DE MACAU, o deputado garantiu ter recebido mensagens a indicar que os argumentos do Governo são “desculpas” já que os verdadeiros motivos passam pelas armas incorporadas no edifício. “Alguns extremistas radicais influentes, dentro e fora do Governo, forçaram a Secretária para a Administração e Justiça a indicar ao director dos Serviços de Justiça a saída daquele local”, afirmou. Segundo Coutinho, são pessoas que “ainda têm problemas com o passado colonialista português”. O deputado considera, por isso, que está na altura de “o Chefe do Executivo ser mais interventivo em questões desta natureza para não deixar que os extremistas decidam a governação”. Por sua vez, António José de Freitas diz que lhe “custa a acreditar” que esse tenha sido o motivo, porém, conta que “poucos dias depois da transferência da soberania” e de se tornar Provedor da Santa Casa, o que aconteceu em Janeiro de 2000, recebeu “chamadas de indivíduos anónimos reclamando contra a existência ou ostentação do escudo português com as armas do edifício”. “Naturalmente fiquei preocupado e falei com o Chefe do Executivo, na altura Edmund Ho. Ele disse que não tinha de me preocupar pois o edifício sempre existiu com essas características”, explicou.